Ministro Wagner Rossi garante ajuda a produtores

Divulgação

Assessoria de Comunicação/Prof. Jú

■ *Wagner Rossi durante audiência com Junji Abe*

Medidas para socorrer a suinocultura, maior aporte de recursos financeiros ao Fundo de Catástrofe e gestões junto à Presidência da República e ao Senado para evitar modificações profundas no texto do novo Código Florestal, aprovado pela Câmara Federal. Estes foram os compromissos assumidos pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi, durante audiência com o deputado federal Junji Abe (DEM-SP) e demais integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, no último dia 7.

A crise que se abateu sobre a suinocultura atinge dois extremos da cadeia produtiva. De um lado, os produtores que amargam o risco de insolvência por conta dos altos custos de produção, muito maiores que os valores recebidos pelas vendas. De outro, o consumidor final que paga caro pelo produto na rede varejista. Para agravar a situação, falta milho, o mais importante insumo na atividade porque é a ração dos suínos.

Após ouvir esse relato dos deputados, o ministro anunciou duas importantes providências. Uma delas é a liberação do estoque regulador de milho, administrado pela Conab – Companhia Nacional de Abastecimento – para as regiões Sul e Sudeste, onde se concentra o maior contingente de suinocultores.

A outra é a convocação geral para um entendimento que possibilite a redução dos preços da carne suína e derivados ao consumidor final. O apelo do ministro deverá envolver a Abras – Associação Brasileira de Supermercados, o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, Ministério Público, demais órgãos fiscalizadores e instituições representativas do comércio e da sociedade civil. O objetivo é tornar atraentes os valores desses produtos no varejo para ampliar o consumo e, consequentemente, melhorar a situação do suinocultor.

Código Florestal – Quanto ao Código Florestal, a preocupação dos parlamentares da Frente gira em torno de mudanças que inviabilizem as atividades, principalmente dos mais de 2 milhões de pequenos produtores rurais brasileiros. A segurança jurídica imprescindível à agropecuária depende da manutenção, pelo Senado, do texto aprovado pela Câmara Federal, como argumentou o deputado federal Junji Abe.

O deputado fez a réssalva de que um ponto carece de revisão pelo Senado: a questão da anistia total para aqueles que praticaram desmatamentos além do permitido pela legislação. "Entendo que houve um exagero ao anistiar de forma genérica quem desmatou. Principalmente, nas Regiões Centro-Oeste e Norte onde a maioria é de madeireiros travestidos de produtores rurais. Ao contrário da anistia, eles devem ser severamente punidos nos termos da Lei".

Wagner Rossi acolheu a sugestão levada pela Frente de convidar os ex-ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – são mais de 15 – para uma reunião com a presidente Dilma Rousseff e com os senadores, visando motivá-los a aprovar o novo Código Florestal.